



Interpelação Escrita

Nos últimos anos, o valor das casas em Macau continuou em alta, estando num nível muito além das possibilidades dos residentes. Com vista a resolver o problema de habitação dos residentes, o Governo efectuou estudos relativamente às políticas sobre “terras de Macau para gentes de Macau” e Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes, entre outras políticas de habitação. Em relação à “classe sanduíche”, o Governo também referiu que ia efectuar estudos sobre um novo tipo de habitação pública, com vista a ajudar aqueles que não conseguem comprar casa no mercado privado nem têm requisitos para concorrer a uma habitação económica.

No entanto, durante as LAG do mês passado, o Chefe do Executivo referiu que os recursos de terrenos eram limitados, por isso era necessário abdicar da política do novo tipo de habitação pública, fazendo com que a “classe sanduíche” ficasse desapontada e, em especial, as famílias mais jovens.

Na realidade, em Macau não há assim tanta falta de recursos de terrenos, pois, para além de dispormos de 5 terrenos na zona dos novos aterros, nos últimos anos, o Governo recuperou muitos terrenos que tinham sido ocupados ilegalmente e declarou muitas concessões de terrenos como caducadas, e mais, como o Governo vai promover a renovação urbana, acredito que vamos ter um certo aumento do número de terrenos para serem aproveitados. Assim, podemos reparar que o Governo dispõe de terrenos, apenas faltando uma



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

política de planeamento e aplicação para tal.

A política do novo tipo de habitação pública ficou “em águas de bacalhau” e, comparando esta política com a das regiões vizinhas, estas já efectuaram alguns programas-piloto para isso. Por exemplo: em Hong Kong, implementaram a política de apoio para a “aquisição de habitação pela primeira vez” sem afectar os recursos e os planos de construção das habitações públicas existentes, sendo que o valor das casas a adquirir e a sua área estão de acordo com as possibilidades financeiras do concorrente, tendo esta política como objectivo ajudar a resolver o problema de habitação da “classe sanduíche” e dos jovens; em várias cidades do Interior da China, foi promovida a política de “compropriedade”, isto é, o comprador e o Governo são comproprietários em regime de percentagem da casa. O primeiro goza do direito de adquirir uma casa por um valor mais baixo e vai, aos poucos, adquirindo a percentagem pertencente ao Governo, até ficar com a totalidade do direito de propriedade.

Com vista a atingir o objectivo de “habitação para todos, bem-estar para todos”, sou de opinião que o Governo, para além de ter de melhorar o planeamento e de aumentar o número de habitação pública, deve dispor de mais meios e medidas para resolver o problema de habitação e diversificar os tipos de habitação existentes em Macau.

Nestes termos, interpele o Governo sobre o seguinte:



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

1. O plano do Governo da RAEM para a zona A dos novos aterros é de 28 mil fracções para habitação pública e 4 mil fracções para o mercado privado. O Governo deve analisar se é possível que, de entre essas 4 mil fracções, se possa dispor de uma parte para o novo tipo de habitação pública sem afectar o número já estipulado de fracções de habitação pública. Isto teria como objectivo apoiar os residentes que não conseguem adquirir uma casa no mercado privado nem têm requisitos para concorrer a uma habitação económica, sendo esta também uma política para ajustar o valor do mercado de imóveis de Macau. Isto vai ser feito?
2. Membros do Governo afirmaram recentemente, em plenário da Assembleia Legislativa, que a sociedade necessita de um novo tipo de habitação pública, mas que ainda não há consenso sobre isso. Quando é que a Administração vai divulgar os resultados do seguimento dos estudos sobre o novo tipo de habitação pública, com vista a resolver o problema de habitação da “classe sanduíche”?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

Leong Sun lok

15 de Dezembro de 2017